

Cem anos da revolta de 1924

Ibarê Costa Dantas*

Resumo

Pelo centenário da Revolta de 1924 em Sergipe, este texto tem como objetivo lembrar o acontecimento dentro de uma perspectiva ampliada, envolvendo os precedentes e a continuidade do tenentismo. Para tanto, aborda o quadro nacional da Primeira República até os anos vinte e apresenta uma síntese da Revolta de 1924 em Sergipe. Ao evocar a continuidade do movimento tenentista, a narrativa indica como os jovens oficiais atuaram como braço armado da Revolução de 1930. Ao conquistarem influência como interventores nos estados ou junto ao governo central, a maioria dos tenentes persistiu ativa, tentando influir nas decisões presidenciais.

Palavras-chave: Tenentismo, ativismo, revolta.

* José Ibarê Costa Dantas é professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS), historiador e cientista político, autor de mais de uma dezena de livros sobre a História de Sergipe. Doutor *Honoris Causa* pela UFS e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (2004-2010).

One hundred years after the 1924 Revolt

Cien años después de la Revolta de 1924

Abstract

For the centenary of the 1924 Revolt in Sergipe, this text aims to remember the event from a broader perspective, involving the precedents and continuity of lieutenantism. To this end, it addresses the national picture from the First Republic until the 1920s and summarizes the 1924 Revolt in Sergipe. By evoking the continuity of the lieutenant movement, the narrative indicates how the young officers acted as an armed wing of the 1930 Revolution. Having gained influence as interveners in the states or with the central government, most lieutenants remained active, trying to influence presidential decisions.

Keywords: Lieutenantism, activism, revolt.

Resumen

Con motivo del centenario de la Revuelta de Sergipe de 1924, este texto pretende recordar el acontecimiento desde una perspectiva más amplia, involucrando los precedentes y la continuidad del tenentismo. Para ello, aborda el panorama nacional desde la Primera República hasta la década de 1920 y presenta un resumen de la Revuelta de 1924 en Sergipe. Al evocar la continuidad del movimiento de tenientes, la narrativa indica cómo los jóvenes oficiales actuaron como brazo armado de la Revolución de 1930. Habiendo ganado influencia como intervinientes en los estados o en el gobierno central, la mayoría de los tenientes permanecieron activos, tratando de influir. decisiones presidenciales.

Palabras clave: movimiento de tenientes, activismo, revuelta.



Introdução

No ensejo do centenário da Revolta de 1924 em Sergipe, lembramos o acontecimento dentro de uma perspectiva ampliada, envolvendo os precedentes e a continuidade do tenentismo.

Na primeira parte do texto, tratamos dos precedentes, do quadro nacional da Primeira República até os anos vinte, tentando mostrar como o pacto oligárquico provocou reações que serviram de pano de fundo para as ações dos jovens oficiais.

Na segunda parte, focalizamos a Revolta de 1924 a partir do resumo de alguns capítulos do nosso primeiro livro, *O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930* (1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974; 2. ed. Aracaju: J. Andrade, Funcaju, 1999; 3. ed. Aracaju: Seduc, 2022).

Na terceira parte, denominada Continuidade do movimento tenentista, discorreremos sobre os desdobramentos do tenentismo em Sergipe e na esfera nacional. Sintetizamos então a Revolta de 1926, o envio dos revoltosos para Ilha da Trindade e a transferência para as prisões no Rio de Janeiro. Os julgamentos em Aracaju e a espera do último recurso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois, referimo-nos às conspirações que resultaram na Revolução de 1930 e à convivência dos tenentes no governo Vargas. Por fim, apontamos sinais de sobrevivência da mentalidade intervencionista nas crises da República a partir de 1945.

O quadro nacional da Primeira República até os anos vinte

A República brasileira tem sido marcada pela presença dos militares. Proclamaram a nova forma de governo e, no primeiro quinquênio, dois marechais ocuparam a Presidência.

No conjunto, a primeira década transcorreu com grande instabilidade política. Não apenas pelas revoltas de repercussão nacional, debeladas pelas forças legais do segundo presidente em meio às ações virulentas dos jacobinistas¹ no meio urbano, mas também pelas pequenas durações dos governos estaduais.

¹ Sobre a atuação dos Jacobinos, ver Queiroz (1986).

Quando Campos Sales (1898-1902) assumiu a Presidência, encontrou as finanças arruinadas e um quadro político instável de difícil governabilidade. Negociou com banqueiros e firmou um pacto com os governadores que gerou um sistema oligárquico que dificultava a democratização.

O presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) tentou mudar o quadro, estimulando grupos de oposição com a presença de militares em alguns Estados, mas encontrou dificuldades nas unidades mais fortes.

Os livros de Alberto Torres sobre *Organização Nacional* e o *Problema Nacional Brasileiro* (1914), defendendo Executivo forte, centralizado e autônomo, tornaram-se matriz das tendências autoritárias.

Em 1915 uma revolta dos sargentos alcançou grande repercussão no Exército e no parlamento. Em 1917 aconteceu a greve operária que paralisou São Paulo por uma semana e mostrou a premência da questão social, na qual a regulamentação do trabalho impunha-se como crucial.

Diante da defasagem do Exército entre as grandes nações, antes da I Guerra Mundial (1914-1918) alguns militares se atualizaram junto ao Exército alemão. Em 1920 vieram ao Brasil instrutores da Missão Francesa visando implementar uma nova doutrina com organização militar e reformulação do Estado-Maior que resultaria na criação do Conselho de Defesa Nacional (Carvalho, 2021, p. 51). Vale observar que a orientação comum dos alemães e franceses era no sentido da manutenção dos oficiais do Exército como profissionais sem ativismo político. Mas o profissionalismo contribuiu para criar uma consciência de autonomia e superioridade como corporação acima das mazelas da política, fiadores da estabilidade e da soberania nacional.

Se já havia um processo de deslegitimação do sistema liberal-oligárquico, a campanha eleitoral para presidente da República de 1921-1922 contribuiu para tumultuar o ambiente e fomentar o dissenso. A partir da divulgação de duas cartas falsas atribuídas ao candidato governista criticando militares, os debates se exacerba-



ram.² O postulante situacionista negou incisivamente sua autoria. Mas não aplacou as discussões acaloradas nas ruas, no Congresso, nos quartéis e no Clube Militar. Uma perícia decidiu pela autenticidade, outra constatou a fraude. Os falsários confessaram o crime, mas nem assim pacificou o ambiente. A controvérsia prosseguiu. Certo general chegou mesmo a afirmar: “Se Bernardes for Presidente da República será preciso dissolver o Exército” (Sodré, 1965, p. 2).

A indisposição contra os civis cresceu. O presidente Epitácio Pessoa passou a ser considerado por grupos de oficiais de baixa patente inimigo do Exército. Em clima de tensão, em junho de 1922, séria conturbação abalou Recife. Quando facções locais entraram em choque envolvendo forças federais, Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, telegrafou aos seus camaradas alertando-os em suas tomadas de posição.³ O telegrama desagradou a Epitácio Pessoa, que mandou prendê-lo e fechou aquele Clube. Foi o estopim.

Um grupo de jovens tenentes reagiu em 05.07.1922 com uma rebelião improvisada. Acorados no Forte de Copacabana, os jovens oficiais desferiram tiros de canhão para alguns pontos da cidade, inclusive o prédio do Ministério da Guerra e o Palácio do Catete. A rebelião terminou com 16 soldados mortos e dois tenentes feridos. O episódio ficou conhecido como os 18 do Forte, embora os participantes fossem apenas 10 ou 11 (Drummond, 1986, p. 92). Restaram ao final sentimentos de revanches entre os sobreviventes.

Artur Bernardes, que nas cartas falsas apareceu injuriando militares, tomou posse em 15.11.1922 e governou em estado de sítio. As punições, os processos contra os rebeldes alimentaram os ânimos do movimento. As conspirações foram retomadas com articulações ampliadas até quando, dois anos depois, foi desencadeada a Revolta de 1924. Menos improvisada, provocou manifestações de solidariedade em guarnições de alguns Estados, entre os quais a de Sergipe.

² As duas cartas agrediam Hermes da Fonseca e seus camaradas, chamando-os até de canalhas. Ver Silva (1964, p. 61-64).

³ O texto do telegrama pode ser lido em Silva (1964, p. 105).

A Revolta de 1924

A Revolta de 1924 foi iniciada em São Paulo em cinco de julho e contou com cerca de mil militares, provenientes do Exército e da Força Pública (Carone, 1971, p. 373). Inicialmente os rebeldes levaram alguma vantagem, mas os legalistas se recompuseram. Os tiroteios se intensificaram, a cidade sofreu bombardeios indiscriminados que teriam deixado mais de 500 mortos. Os serviços básicos foram afetados, as baixas aumentaram e os revoltosos abandonaram a capital por trem, no dia 27.07.1924, em direção ao Sul. Mais tarde se encontrariam com os gaúchos, formando a Coluna Prestes.

Aderiram ao levante paulista as corporações de Bela Vista (MT), Óbidos e Belém (PA), que foram vencidas em pouco tempo. A de Manaus (AM) resistiu mais. Não tanto quanto a do Rio Grande do Sul, que ajudou a formar a referida Coluna Prestes. (Drummond, 1986, p. 107-115).

Ao iniciar o levante em São Paulo, as unidades da 6ª Região Militar entraram de prontidão. O governante de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, que fazia uma gestão operosa, foi consultado pelo governo central sobre ajuda para combater os rebeldes. Ciente da pequena força policial disponível, ou por não confiar totalmente nela, apelou para milícias privadas dos poderosos locais. Telegrafou ao coronel Francisco Porfírio, chefe político do município de Propriá, que dispunha de numerosa guarda pessoal e desfrutava de forte poder na região. Eis a resposta: “dentro de oito dias, duzentos; vinte dias cerca de quatrocentos.” Pedro Freire, influente político de Simão Dias, também foi consultado. Por esse tempo, o efetivo do 28º BC não chegava a 350 homens. Diante das respostas favoráveis, o chefe do Executivo de Sergipe garantiu “mil homens [em] cerca dez dias” (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 16-20.07.1924). Mas as ações de alguns oficiais lotados em Sergipe, indispostos com o presidente Arthur Bernardes, frustraram aquela pretensão.

Aracaju era uma pequena capital com uma população estimada em pouco mais de 40 mil habitantes.⁴ Altas horas da noite de 12 de

⁴ O Censo de 01.09.1920 registrou 37.440 habitantes em Aracaju e 477.064 para o Estado. Em 1930 não houve contagem oficial, mas o serviço de estatístico avaliou que capital teria 50.564 habitantes (IBGE, 1938).



julho, um capitão e três tenentes controlaram a direção do 28º BC e dividiram a tropa em três companhias. Uma ficou no quartel, outra tomou a direção do Palácio do Governo e a terceira seguiu até a Av. Rio Branco para atacar o Quartel da Polícia, sem dúvida o maior obstáculo (Graccho Cardoso, 1924). Ainda era madrugada quando as resistências do Quartel e do Palácio capitularam após duas mortes. O Telégrafo, a Telefônica, as Estações da Companhia Ferroviária e da Energia Elétrica tiveram suas atividades controladas.

Os tenentes tentaram entregar a direção do movimento a um oficial de alta patente, mas o general José Calazans não aceitou. Diante da recusa, formaram uma Junta Governativa Militar com quatro oficiais: capitão Eurípedes Esteves de Lima; primeiro-tenente Augusto Maynard Gomes; primeiro-tenente João Soarino de Melo; e o segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça.

Deste grupo, Augusto Maynard Gomes, nascido em Rosário do Catete (SE) em 1886, era o mais inquieto, afoito e conhecido por participação nas revoltas de 1904, 1906 e 1922. Por esta última, foi preso na Ilha das Cobras. Em fins de 1922 ou início de 1923, veio para Sergipe, onde continuou atuando sintonizado com os revoltosos.

Formada a Junta, lançaram uma “Proclamação ao Povo Sergipano”. Alegaram humilhações e vexames à “classe militar” nos últimos seis anos. Consideraram Epitácio Pessoa “inimigo dos direitos e da liberdade dos seus governados”. Quanto a Bernardes, avaliaram que se excedeu “ao praticar atos da mais férrea tirania”. E continuaram: “Como não seria mais possível fosse suportar tantos ultrajes aos direitos do povo, o Exército Nacional [...] se levantou novamente”. Diante disso, a guarnição militar de Sergipe resolvia, através dos quatro oficiais que assinavam a Mensagem, “acompanhar os seus camaradas que no Sul” se batiam “pela grandeza e verdadeira prática do regime Republicano” (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 16-20.07.1924).

Quanto à situação do Estado, dizia o documento que fora constituída uma “Junta Governativa Militar para todos os efeitos, até que, com a vitória final” assumisse as “rédeas do poder, o verdadeiro escolhido do povo”. E “saberá respeitar todos os direitos dos seus concidadãos” (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 16-20.07.1924).

O governador e dois secretários foram presos. Os rebeldes comunicaram a mudança de governo às autoridades municipais e colheram algumas manifestações formais, outras de solidariedade.

Os magistrados travaram interlocuções formais por correspondências com variado grau de receptividade. Dos quatro jornais diários, o *Diário da Manhã* e o *Sergipe Jornal* suspenderam a publicação. Continuavam circulando o *Diário Oficial*, sob a direção do bacharel Edson de Oliveira Ribeiro, e o *Correio de Aracaju*, de propriedade do mesmo advogado.

O *Correio de Aracaju*, em sua edição de 15 de julho, apresentou a relação dos presos e informou que os serviços públicos e administrativos do Estado estavam sob controle direto dos oficiais componentes da Junta Governativa Militar.

Até o dia 25 de julho a vida da cidade estivera próxima da normalidade. Repartições, comércio e indústria funcionando. O que mais chamava atenção eram os soldados do Exército guardando o Telégrafo, o Palácio, o Quartel de Polícia e a Cadeia. Também, vez por outra, havia movimento de tropas pelas ruas, em algum encargo. Muita gente deixou a cidade, só não resultando num grande êxodo porque os transportes marítimos e ferroviários ficaram sob controle da Junta.

O grande problema era a defesa. Nos primeiros dias mandaram apagar o farol e retirar a boia, visando dificultar o desembarque de tropas que poderiam vir pelo mar. Telegrafaram, com a assinatura de Graccho Cardoso falsificada, ao general Marçal Nonato de Faria, então comandante da 6ª Região Militar da Bahia, pedindo-lhe munição. Independente, porém, desses duvidosos reforços, anunciaram a abertura de inscrições para voluntários. Contando inicialmente com 316 homens, no final do movimento a força dos tenentes chegou a totalizar 770 pessoas. Destas, pelo menos 154 eram de voluntários, não reservistas, de várias procedências. Carecendo de recursos, recorreram ao Tesouro do Estado de onde retiraram pelo menos 400:000\$00 e, mais tarde à Delegacia Fiscal, em nome da qual levantaram no Banco do Brasil 150:000\$000 (Faria, 1924).

Na entrada do porto, a partir do local denominado Carvão (onde hoje está o late Clube) até o Tramandaí (hoje também conhecido por

Quatro Bocas), foram levantadas extensas trincheiras ao longo das praias.

Providenciou-se a restauração de três velhos canhões da época da Independência. Funcionários da Companhia Ferroviária Este Brasileiro se engajaram no movimento e cumpriram as missões que lhes foram confiadas. Ao lado desses preparativos, os tenentes requisitaram as armas dos guardas da Alfândega e 52 mosquetões do Colégio Tobias Barreto, que era militarizado.

Quando, de 23 para 24 de julho, o contratorpedeiro Alagoas apareceu em águas de Aracaju, houve uma inquietação geral. A longa espera parecia, enfim, se aproximar do seu desfecho decisivo. Mas o vaso-de-guerra deteve-se por algum tempo e recuou. No interior do Estado houve gestos de solidariedade aos tenentes em Campo do Brito, Itabaianinha, Carira e, sobretudo, em Rosário, onde foi organizada uma companhia com cerca de 80 voluntários.

Em Propriá, os subordinados ao coronel Francisco Porfírio seguiram para Aracaju. Todavia, quando um canhão dos revoltosos, levado em uma prancha pela estrada de ferro, disparou um tiro próximo de Carmo, atual município de Carmópolis, houve debandada geral.

Apesar disso, as apreensões com a defesa prosseguiram. Nessa situação, divulgaram uma Mensagem “Aos Camaradas do Norte”. Reafirmaram o teor político do movimento e os objetivos da Revolta de solidariedade aos irmãos paulistas. Reiteravam que estavam respeitando os direitos dos patrícios e o movimento não tinha ligação com a política local.

Enquanto isso, alguns vapores do Lloyd Brasileiro e da Navegação Bahiana traziam para Sergipe contingente dos três batalhões, 20º BC (AL), 21º BC (PE), 22º BC (PB). A tropa desembarcou nos dias 23 e 24 em Crasto, próximo à cidade de Estância, sob o comando do general Marçal Nonato de Faria (Faria, 1924). Com o acréscimo de 150 soldados da polícia de Alagoas e 60 da Bahia, os legalistas dispunham de cerca de 1.200 homens em atividade, considerável armamento, inclusive dois canhões krupp h.28, tiro lento. Contavam também com a artilharia do contratorpedeiro Alagoas, que poderia ser usada contra Aracaju. Como se essas forças não bastassem, cuidava

o Barão de Santa Rosa, figura influente de Simão Dias, de reforçar as tropas da legalidade.

O general Marçal Nonato de Faria enviou ao primeiro-tenente Maynard Gomes uma mensagem explicitando seu poderio e intimando a rendição. Era um reconhecimento da liderança do oficial. Antes da resposta, houve a dispersão sem resistência. Após 21 dias de controle da capital e adjacências, caíram os revoltosos em 02.08.1924.

No dia quatro de agosto, Graccho Cardoso foi reempossado. No interior e na capital, missas foram celebradas pelas almas dos mortos dos guardas do Palácio e do Quartel de Polícia, bem como em ação de graças pela vitória da legalidade. Mensagens de congratulações chegavam de várias partes do Estado e de diversos outros pontos do país.

No poder, Graccho Cardoso baixou decreto considerando nulos “todos os atos praticados pela junta sediciosa”. Estabeleceu-se o estado de sítio. Em dificuldades financeiras para pagar o funcionalismo em face dos saques efetuados pelos rebeldes, contraiu empréstimo junto ao empresário Francino Mello (Rocha, 1963, p. 29).

Dez dias depois da vitória dos legalistas, a cidade retomou a normalidade. O contratorpedeiro levantou as âncoras, assim como o navio Iris que partiu com as tropas do 22º BC.

Tudo voltaria à situação de antes? Indubitavelmente, não.

Sufocada a Revolta, a população estava dividida entre legalistas e revoltosos, adeptos dos tenentes e do governo, vencidos e vencedores.

Estabeleceu-se o estado de sítio no país. Três dos quatro membros da Junta Governativa foram presos, assim como os militares de baixa patente. Mas Maynard escondeu-se numa fazenda e desapareceu. Enquanto isso, falecia na prisão o bacharel Zaqueu Brandão, que se destacou na campanha por voluntários em Rosário, provocando comoção.

Atuaram no processo dois procuradores. O primeiro, Oscar Viana, denunciou 606 pessoas. Diante dos descontentamentos, foi substituído por Plínio de Freitas Travassos, que citou apenas 252, dos quais cinco cabeças: o general José Calazans e os quatro oficiais que



compuseram a Junta.⁵ Os demais foram considerados coautores. O despacho de pronúncia do magistrado dr. Paulo Martins Fontes reduziu ainda mais o número dos acusados. Seguiu-se o alvará de soltura, pondo em liberdade os militares de baixa patente. Dos pronunciados, a maioria se encontrava desaparecida. Em fevereiro de 1925, uma notícia provocou muitas especulações: Maynard fora preso em São Paulo. Sua chegada a Aracaju foi vista com preocupação por uns e esperança por outros.

Dois recursos ao Supremo Tribunal Federal retardariam o momento de promulgar as sentenças.⁶

Continuidade do Movimento Tenentista

Antes de o STF promulgar as sentenças dos revoltosos de 1924, em Sergipe aconteceu nova tentativa de rebelião. Diante da notícia de que a Coluna Prestes passava próximo de Sergipe, Maynard articulou uma nova aventura. O sargento Temístocles Leal entrou em sua cela e no abraço entregou-lhe uma arma. Ao tentar render a guarda, houve troca de tiros que repercutiu no Quartel da Polícia.

Quando, por volta de 5h30 da manhã de 19.01.1926, Maynard, a cavalo, animava o ataque, recebeu um tiro que feriu seu pé e matou o seu animal. Fora do combate, o principal líder da nova revolta foi preso e operado. As forças legalistas, percebendo as dificuldades dos adversários, ampliaram a ofensiva e venceram. O tiroteio prosseguiu até 9h30. Atrás ficavam 11 mortos, envolvendo civis, policiais estaduais e do Exército, além de 23 feridos.

Recolhidos às prisões, os quatro participantes da primeira Junta Governativa e mais cerca de 100 militares (sargentos, cabos e soldados), na madrugada de 21.02.1926, foram conduzidos em porão de navio à Ilha de Trindade (Correio de Aracaju, 20.01.1927). Era uma área “situada a oitocentas milhas da costa brasileira” (Afielho, 1926), próxima ao paralelo 20, que passa pelo Espírito Santo. O local foi des-

⁵ Três advogados, de gerações diferentes, atuaram na defesa. O dr. Edson de Oliveira Ribeiro, com 28 anos, envolvido no movimento, o dr. Luiz Antônio da Costa Filho, com 43 anos de idade e o dr. João Antônio Ferreira da Silva, com 72 anos.

⁶ Ver Travassos (1926) e Silva (1925).

crita como desprovida de vegetação, com solo coberto de pedras. O grande problema dos desterrados foi a saúde. Vários oficiais e soldados adoeceram. Era a beribéri que se alastrava. Entre os sergipanos, dois faleceram.

Enquanto isso, houve sucessão no Executivo. Em Sergipe, Maurício Graccho Cardoso passou o governo a Ciro Franklin de Azevedo, cuja gestão teve curta duração (24.10.1926 a 16.01.1927). Com seu falecimento, assumiu o deputado usineiro Manoel Correa Dantas (05.03.1927 a 16.10.1930).

No âmbito nacional, saiu Artur Bernardes, e Washington Luiz o substituiu em 15.11.1926. O estado de sítio foi revogado e os degredados transferidos para o Rio de Janeiro, onde vários deles foram hospitalizados. Os soldados ganharam a liberdade, enquanto cabos e sargentos somente regressaram ao seu Estado em inícios do ano seguinte. Quanto aos quatro oficiais participantes da Junta, voltaram para Sergipe em setembro de 1927 e foram recebidos por parte da população como heróis. Submetidos a júri popular, foram condenados a 10 anos. Com o recurso ao STF, a pena baixou para dois anos. Em agosto de 1929, novo júri reduziu para um ano e quatro meses. Restava aguardar o resultado do novo recurso ao STF.

Enquanto isso, a Coluna Prestes, que significava a continuidade do movimento tenentista, chegou a contar com mais de mil combatentes e percorreu vários estados ameaçada pelas forças legalistas. Parte ficou pelo caminho, numerosos se exilaram na Bolívia e o pequeno grupo restante ingressou no Paraguai em março de 1927 (Carone, 1971, p. 273-379).

No período de 1927 a 1929, os tenentes revoltosos estiveram exilados ou presos e processados ou ainda isolados. Todavia, em Sergipe, vários civis e ex-militares que haviam participado das revoltas foram incorporados à administração do governo de Manoel Dantas, da qual participava Leandro Maciel, primo de Maynard e político com elevado prestígio.

Em 1929 o quadro nacional mudou. Na indicação do candidato situacionista à presidência, o nome de Júlio Prestes, apresentado pelos oligarcas de São Paulo, não foi aceito pelos políticos gaúchos,



mineiros e paraibanos. Os dissidentes criaram a Aliança Liberal para respaldar a candidatura de Getúlio Vargas como titular e João Pessoa como vice.

Por esse tempo, os contatos dos líderes tenentistas com os oposicionistas prosperaram. O voto secreto, a revisão da legislação coercitiva e a questão social serviam de propostas aos postulantes da Aliança Liberal.

Apesar desses apoios e das propostas, a chapa oposicionista a presidente e vice foi fragorosamente derrotada. Em Sergipe, o candidato a presidente do Estado da Aliança Liberal, o professor Artur Fortes, também teve pequena votação. Ao despedir-se dos seus leitores em *O Liberal*, escreveu: “O movimento que se anuncia é ação” (Fortes, 1930). Eram as conspirações que já se desenvolviam país afora, onde a Revolução era vista como única solução para o Brasil.

Luiz Carlos Prestes, líder dos revoltosos, em processo de conversão ao marxismo, em maio de 1930 declinou da liderança e foi substituído na chefia do movimento pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), alagoano ambicioso, ex-aluno da Escola Preparatória do Realengo (RJ), da Escola de Guerra de Porto Alegre (RS) e da Missão Francesa (Beloch; Abreu, 1984, p. 2246-2259). Integrando as forças legais, combateu a Revolta de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes em 1926-27. Ao comandar os revolucionários em 1930, ampliou as articulações, agregou políticos dissidentes e oficiais descontentes.⁷

O assassinato de João Pessoa, ex-candidato da Aliança Liberal a vice-presidente, em Recife, em 26.07.1930, indignou a nação. O corpo da vítima foi conduzido de trem para o Rio de Janeiro. O crime, seguido por manifestações, inflamou a sociedade. As conspirações se aceleraram. A alternativa pacífica minguou.

Em três de outubro foi desencadeada a mobilização armada no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No Nordeste, o levante começou no dia seguinte em Recife sob a coordenação de Juarez Távora. A cúpula militar, pressionada pelo movimento civil-militar, sob o comando de Góis Monteiro, depôs o presidente Washington Luiz em

⁷ Sobre o papel de Góis Monteiro, ver Carvalho (2021, p. 110-146).

24.10.1930. Formou-se uma Junta Militar que cedeu o Executivo para Getúlio Vargas em 03.11.1930. Os tenentes rebeldes foram reincorporados ao Exército e ganharam influência na administração pública.

Em Sergipe, após alguns Executivos substitutos de curta duração, assumiu Augusto Maynard Gomes em 16.11.1930 como governador provisório e, em 19.12.1930, como interventor do Estado.

Depois de 1930

No plano nacional coube ao novo presidente da República a difícil tarefa de administrar as pressões de vários grupos influentes, cada qual com projeto próprio e ambições de predominar. No princípio, Vargas se reunia toda noite com a cúpula militar, inclusive o então coronel Góis Monteiro, para administrar as pressões dos grupos afoitos ansiosos por influência.

Os interventores criaram as Legiões de Outubro no plano estadual, como substitutas dos partidos, visando se fortalecer no plano interno e junto ao governo central. Mas a heterogeneidade dos aderentes dificultou medidas consensuais e tiveram pouca duração. Formaram-se os Clubes Três de Outubro mais seletivos e com maior controle oficial, que tiveram duração mais prolongada.

Por esse tempo, aconteciam os embates entre oficiais e praças, Exército *versus* polícia militar, Exército *versus* Marinha. Um dos grupos mais ativos era dos antigos revoltosos, tentando influir nas orientações das políticas públicas.

José Murilo de Carvalho identificou 75 movimentos militares no Exército no primeiro período Vargas (1930-45), excluindo a guerra civil de 1932, mas incluindo as conspirações de generais (Carvalho, 2021, p. 95-101).

Do lado do governo, os legalistas, sob o comando de Góis Monteiro, tentavam impor obediência incondicional à hierarquia com sanções aos recalcitrantes. Mas as reações dos paulistas se fortaleciam. Em março de 1931, Góis Monteiro, já como general de brigada, assumiu o comando da 2ª Região Militar, com sede em São Paulo. Entretanto, o quadro desse Estado tornou-se mais embaraçoso para o governo central. Em sete de julho de 1932, o mencionado general



saiu do comando daquela Região e dois dias depois os paulistas declararam-se rebelados. Vargas indicou Góis Monteiro para enfrentar os amotinados. Em outubro de 1932, o comandante-em-chefe dos revoltosos, general Bertoldo Klinger, propôs ao presidente imediata suspensão das hostilidades. Vargas mandou se entender com Góis Monteiro, a quem coube administrar a rendição.

Com a reação de São Paulo debelada, seguiram-se as tratativas para a convocação das eleições para a Constituinte em 1933. Fortalecido, o general vencedor teria se empenhado para ser eleito presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte, dentro das normas das Disposições Transitórias da nova Carta Magna. Entretanto, dessa vez, não obteve êxito.

Indicado por Vargas para o Ministério da Guerra, implementou a mais abrangente reforma no Exército. Inspirado no profissionalismo francês e alemão, prescreveu aos militares abdicar do ativismo político e demonstrar obediência incondicional à hierarquia. Dentro desses princípios, implantou “o serviço militar obrigatório, o treinamento de reservas, a desprofissionalização dos sargentos, a homogeneização e doutrinação de oficiais, o expurgo dos dissidentes e a formação de um núcleo hegemônico de oficiais dentro do Exército” (Carvalho, 2021, p. 57).

Por esse tempo, as disputas políticas persistiam acaloradas com polarização entre comunistas *versus* integralistas. Os primeiros, organizados na Aliança Nacional Libertadora (ANL) com a ideia de criar um Exército popular. O outro atuava na Ação Integralista Brasileira (AIB) também com ambição de controlar o aparelho de Estado.

Os aliancistas, liderados por Luiz Carlos Prestes, se anteciparam e desencadearam os levantes de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, que ficaram conhecidos como Intentona Comunista. A repressão rigorosa que se seguiu eliminou os oficiais envolvidos com prisão e expulsão do Exército. O ativismo político do grupo dos tenentes revoltosos reduziu-se consideravelmente.

Restaram os integralistas, que não se confundiam com o tenenismo reformista. A Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 por Plínio Salgado, inspirada no modelo italiano do fascismo corporativista, adaptou os protocolos e os símbolos ao nacionalismo ver-



de-amarelo e passou a desafiar o governo. Promoveu desfiles e mobilizações, tendo por lema “Deus, pátria e família”, centralizado e voltado para impor um Estado forte ideológico da extrema direita.⁸ Nenhum desses traços se encontram nas tendências dos tenentes reformistas. Para estes, o autoritarismo seria elitista e provisório para viabilizar as reformas previstas, voltadas para o desenvolvimento.

Após o golpe de novembro de 1937, respaldado pelos generais Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e apoiado pelos integralistas, Vargas dissolveu as agremiações políticas, entre as quais a AIB ainda em dezembro do mesmo ano. Alguns integralistas reclamaram e foram punidos. Mais tarde, inconformados com o tratamento que recebiam do governo, os camisas verdes se rebelaram em 03.12.1938 e foram presos ou exilados.

A atuação da corporação hierárquica legalista predominou sem questionamento no curso do Estado Novo. Contudo, a mística do Exército intervencionista como poder moderador sobreviveu na fase de democratização, que está a exigir estudo específico.

224

Conclusão

O Exército brasileiro, interessado em atualizar sua estrutura e as práticas em voga na Europa, recebeu orientação do profissionalismo alemão e da missão militar francesa. Uma recomendação básica dos instrutores foi a de priorizar a preparação para a defesa externa e evitar atuação na política interna.

Não obstante essa instrução, jovens oficiais, a partir da década de 1920, sensibilizaram-se com os debates públicos, infringiram os princípios da hierarquia e, com sacrifícios e riscos pessoais, engajaram-se em revoltas contra os governos da República da época inseridos num sistema oligárquico.

O movimento ampliou-se e os jovens oficiais atuaram como braço armado da Revolução de 1930. Seguiram-se mudanças importantes no cenário nacional; entretanto, a maioria dos tenentes persistiu ativa, tentando influir nas decisões presidenciais. Divididos em tendên-

8 Sobre o tema, ver Trindade (1974), Chauí (1986) e Vasconcelos (1979).

cias, os mais afoitos reagiram e foram expulsos, enquanto a maioria se subordinava à hierarquia legalista. Apesar disso, a mística de ver as Forças Armadas como poder moderador, árbitro do sistema político, sobreviveu, como indicaram as intervenções a partir de 1945.

Restou a controvérsia das duas faces do tenentismo. De um lado, a contribuição para as reformas de âmbito nacional. Do outro, sua tendência intervencionista no processo político democratizante, provocando efeitos imponderáveis.

Referências

AFIALHO (ou AFILHADO), Cordeiro. *Correio da Manhã*, 01.09.1926, transcrito pelo *Correio de Aracaju*, 11.11.1926.

BARBOSA, Rui. *A política do Brasil e a questão social*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zrvn9/pdf/barbosa-9788579820748.pdf>

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/FGV/CPDOC/FINEP, 1984, v. 3.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, 20.01.1927.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador de Plínio Salgado. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930)*. 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974; 2. ed. Aracaju: J. Andrade/Funcaju, 1999; 3. ed. Aracaju: Seduc, 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, 16-20.07.1924.

DRUMMOND, José Augusto. *A Intervenção Política dos Oficiais Jovens*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FARIA, Marçal Nonato de. Relatório apresentado ao Ministro da Guerra, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 16.10.1924.

FORTES, Artur. *O Liberal*, Aracaju, 07.05.1930.

GRACCHO CARDOSO, Maurício. “Aos sergipanos”. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Aracaju, 17.08.1924.

IBGE. Quadros Estatísticos de Sergipe. Imprensa Oficial: Aracaju, 1938.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ROCHA, Antonio de Oliveira. *Aracaju Rediviva*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1963 (?), p. 29.

SILVA, Hélio. *1922 - Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, José Antonio Ferreira da. *Razões do Recurso do Despacho de Pronúncia*. Aracaju: Typ. Labor, 1925.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TRAVASSOS, Plínio de Freitas, “Razões do Recurso”. In: *O Movimento Subversivo em Sergipe*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978 [1914].

TORRES, Alberto. *Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978 [1914].

TRINDADE, Héliogio. *O Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia Curupira. Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

